



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 05 de junho de 2019.

Edição n. 2627

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2
Editais.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	3
---------------	---



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 190/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 05 de junho de 2019, a servidora LUCIELE GOMES TAMBARA, ID n. 3881644, do Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste Órgão (Port. 1858/2019).

DECLARAR ESTÁVEL, ouvida a Comissão de que trata o Artigo 41 da Constituição Federal, na forma do Provimento 73/2018-PGJ:

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00013/2016-1, a contar de 16 de março de 2019, o servidor JONATHAN FERNANDES URBAN, ID n. 4283350, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 1904/2019).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00011/2016-5, a contar de 10 de março de 2019, a servidora CAMILA LUIZA ZINGLER POLO, ID n. 4283120, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 1905/2019).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00001/2016-6, a contar de 15 de fevereiro de 2019, o servidor BRUNO BRUSTOLIN PRESTES, ID n. 4281489, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 1906/2019).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00017/2016-2, a contar de 22 de abril de 2019, o servidor ALEXANDRE VINÍCIUS MURUSSI, ID n. 3406024, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 1907/2019).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00009/2016-9, a contar de 28 de março de 2019, o servidor ÁTILA CASTOLDI KOCHENBORGER, ID n. 4242823, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 1908/2019).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00007/2016-3, a contar de 02 de março de 2019, a servidora THABATA DE OLIVEIRA CAPELLA, ID n. 4282523, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 1909/2019).

- considerando o que consta no Processo n. PR.01426.00002/2016-4, a contar de 20 de abril de 2019, a servidora RAQUEL CRISTINA DREHER FERRARI BASSANELLO, ID n. 4281691, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, deste Órgão (Port. 1910/2019).

CONCEDER

- o abono de permanência ao servidor FRANCISCO SANTANA CANCHERINI, Adido - Quadro Especial da SARH, ID n. 2604361, a contar de 03 de maio de 2019, equivalente ao percentual da contribuição previdenciária recolhida sobre a Função Gratificada de Assessor de Procuradoria de Justiça,

FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento) (PR.00012.00201/2019-8 - Port. 1916/2019).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 07/05/2019, no cargo de Agente Administrativo, classe "M", CAROLINE BIDO, tendo entrado em exercício em 03/06/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de junho de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS N. 031/2018
PROCEDIMENTO N. 02405.000.042/2018
COTAÇÃO ELETRÔNICA N. 32/2018**

CONTRATADA: ÁVATO TECNOLOGIA LTDA.; **OBJETO:** alterar a dotação orçamentária disposta na cláusula décima oitava, para constar que as despesas correrão por conta da unidade orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.40, Rubrica 4013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de junho de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 3º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 067/2016
PROCESSO N. 0939-09.00/16-1
COTAÇÃO ELETRÔNICA N. 46/2016**

CONTRATADA: THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A; **OBJETO:** prorrogação da vigência contratual, por 04 (quatro) meses, a contar de 07 de julho de 2019; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, bem como cláusula décima terceira do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de junho de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**TERMO DE ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO
PR.01204.00001/2019-8**

Pelo presente termo, o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público, aceita a doação feita pelo Município de Montenegro, de dois terrenos, sem benfeitorias, cada um com área superficial de 200 m², partes de um todo maior, descritos nas matrículas n.º 44.879 e 28.857 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Montenegro/RS, destinados à ampliação da sede da Promotoria de Justiça da Cidade. Porto Alegre, 05 de junho de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 05 de junho de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2627

EDITAL N. 119/2019

Resultado do Edital n. 113/2019

REMOÇÃO DE OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(DEMP 27/05/2019)

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR**, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00369/2019-1, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/) e na internet (https://www.mprs.mp.br/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n. 113/2019.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 05 de junho de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 229/2019

A **COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.00047/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Caroline Mottecy de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: Acompanhar/verificar a existência de políticas públicas sobre Planejamento Familiar no Município de Cruz Alta/RS. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01756.000.238/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Hendges. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul. OBJETO: Verificar a situação da Vigilância Sanitária de Amaral Ferrador, tendo em vista que há denúncia de que não está operando na cidade, de modo que as escolas e estabelecimentos comerciais estão funcionando sem alvará ou com este vencido, risco de surtos de doença. INVESTIGADO(S): Município de Amaral Ferrador. LOCAL DO FATO: Amaral Ferrador - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00013/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar o cancelamento de curatelas em nome de Luciano

dos Santos Almeida. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00025/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar irregularidades na drogaria Nicolas Braian Fraga Antunes e Cia LTDA. INVESTIGADO(S): Nicolas Braian Fraga Antunes e Cia Ltda. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00825.00082/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosely Teresinha de Azevedo Lopes. CLASSIFICAÇÃO: 5º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas. OBJETO: Expediente permanente instaurado para acompanhamento das atividades da ILPI pousada de idosos MARANATA, localizada na Rua Gonçalves Chaves, N. 4601, em Pelotas - RS. VISTORIADO(S): Pousada de Idosos Maranata. LOCAL DO FATO: Pelotas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01816.000.232/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pietro Chidichimo Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: Fiscalização e inspeção no ILPI Alegria de Viver - Portão. INVESTIGADO(S): Lar Alegria de Viver. LOCAL DO FATO: Portão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.307/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades apontadas pela CGVS/SMS na Notificação n. 26736 e respectivo termo anexo, bem como pela PJDDH no relatório da visita realizada em 2019. INVESTIGADO(S): ILPI Sociedade Espírita Maria de Nazareth. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Maio de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 235/2019

A **COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 05 de junho de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2627

PROCEDIMENTO: 01625.000.137/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 4º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a acessibilidade da via pública que dá acesso ao CRMVAM, a partir do corredor de ônibus mais próximo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.906/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 7º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar as irregularidades na ILPI Novo Lar Centro Geriátrico de Assistência e Repouso Ltda. - Filial, apontada pela CGVS/SMS na Notificação n. 22909 e na Notificação n. 26739 e respectivo termo anexo. INVESTIGADO(S): ILPI Novo Lar Centro Geriátrico de Assistência e Repouso - Filial. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de Junho de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.